

# Relatório de Execução Orçamental

## Empresa: Águas do Douro e Paiva, S.A.

### 2º Trimestre de 2020

31 de julho 2020

ANTÓNIO  
MANUEL  
LEITÃO  
BORGES

Assinado de forma  
digital por ANTÓNIO  
MANUEL LEITÃO  
BORGES  
Dados: 2020.07.31  
10:13:21 +01'00'

**António Borges**  
Administrador

JOANA  
MAFALDA  
FELÍCIO  
FERREIRA

Assinado de forma  
digital por JOANA  
MAFALDA FELÍCIO  
FERREIRA

**Joana Felício**  
Administradora

VÍTOR  
MANUEL  
SIMÕES DIAS

Assinado de forma  
digital por VÍTOR  
MANUEL SIMÕES DIAS  
Dados: 2020.07.31  
10:40:11 +01'00'

**Vítor Dias**  
Administrador

## ANEXO RET 2º TRIMESTRE

### NOTA DA GESTÃO SOBRE OS EFEITOS DO COVID

Mantém-se em vigor o Plano de Contingência no âmbito da infeção pelo novo Coronavírus (COVID-19), implementado do dia 4 de março e que segue a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde.

Neste âmbito, durante o 2º trimestre, foi dispensada a presença nas instalações da empresa de todos os colaboradores com possibilidade de trabalho remoto, separaram-se fisicamente os operadores que têm de exercer funções nas instalações da empresa (essencialmente da Exploração e Laboratório), foram reduzidas as equipas operacionais (mantendo rotativamente uma parte da equipa nas suas residências em prevenção para o caso de necessidade) e foi implementado um plano regular de comunicação com os trabalhadores, no qual se inclui a realização de Webinars semanais com temas relacionados com os impactos da pandemia.

Em 1 de junho 2020 foi aprovado em reunião de Conselho de Administração o Plano de Desconfinamento COVID-19 para a AdDP. No seguimento desta aprovação, os colaboradores foram divididos em 3 grupos (A, B e C) consoante as condicionantes para o regresso ao trabalho no local de trabalho. Iniciaram-se alguns trabalhos de preparação nos locais de trabalho para permitir o regresso dos colaboradores do grupo C (sem fatores impeditivos do desempenho de funções no local de trabalho).

Em junho, em média, 50% dos trabalhadores estiveram em teletrabalho e cerca de 11% no domicílio de reserva em prontidão. Todas as atividades da empresa decorreram com normalidade.

O volume de vendas acumulado no 1º semestre ficou 2,3% abaixo do vendido em igual período de 2019. Esta descida será, possivelmente, um efeito da pandemia COVID19 e estado de emergência decretado na sua sequência que obrigou ao encerramento das escolas, comércio e algumas indústrias e que cessou a atividade turística no concelho do Porto e adjacentes, entre março e junho.

28 de julho de 2020

ANTÓNIO  
MANUEL  
LEITÃO BORGES

Assinado de forma digital  
por ANTÓNIO MANUEL  
LEITÃO BORGES  
Dados: 2020.07.29  
09:24:07 +01'00'

António Borges

Administrador Executivo

JOANA  
MAFALDA  
FELÍCIO  
FERREIRA

Assinado de forma  
digital por JOANA  
MAFALDA FELÍCIO  
FERREIRA  
Dados: 2020.07.30  
15:14:38 +01'00'

Joana Felício

Administradora Executiva

VÍTOR  
MANUEL  
SIMÕES DIAS

Assinado de forma  
digital por VÍTOR  
MANUEL SIMÕES DIAS  
Dados: 2020.07.29  
11:32:30 +01'00'

Vítor Dias

Administrador Executivo

# ÍNDICE

---

---

- 1. Introdução**
- 2. Demonstração de Resultados**
- 3. Indicadores Económico- Financeiros**
- 4. Indicadores Comerciais**
- 5. Investimento**
- 6. Análise evolução dos gastos operacionais**

## I. Introdução

---

- O PAO 2020 foi submetido para apreciação da UTAM no dia 15 de outubro de 2019. Aguarda-se parecer sobre o mesmo.
- A tarifa a aplicar em 2020 é de 0,3636 euros/m<sup>3</sup>, -0,2% abaixo da tarifa de 2019 (0,3644€/m<sup>3</sup>).
- O volume de água vendido no 1º semestre de 2020 foi em média de 266 mil m<sup>3</sup>/dia. No final do semestre o volume vendido estava 2,5% abaixo do orçamentado para o mesmo período e 2,3% abaixo de igual período de 2019. Atribui-se esta descida a uma consequência do estado de emergência decretado na sequência da pandemia COVID-19 que levou ao encerramento de escolas, comércio, alguma indústria e redução praticamente total do turismo na área do Porto.
- Os gastos operacionais acumulados até final de junho ficaram 5% abaixo do orçamento, essencialmente, devido a uma menor gasto que o previsto com FSE, Pessoal e amortizações.

## 2. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per. Hom.	Orçam.
Venda de água	mEur	8 874	8 758	0	0	17 633	18 083 ▼	18 087 ▼
Rend. Construção (IFRIC 12)	mEur	902	785	0	0	1 687	1 414 ▲	2 651 ▼
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-2 314	-2 576	0	0	-4 890	-5 177 ▼	-4 308 ▲
<b>Volume de Negócios</b>	<b>mEur</b>	<b>7 462</b>	<b>6 968</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14 430</b>	<b>14 319 ▲</b>	<b>16 430 ▼</b>
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 128	- 101	0	0	- 228	- 235 ▼	- 247 ▼
Gastos construção (IFRIC 12)	mEur	- 902	- 785	0	0	-1 687	-1 414 ▲	-2 651 ▼
<b>Margem Bruta</b>	<b>mEur</b>	<b>6 432</b>	<b>6 082</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12 514</b>	<b>12 671 ▼</b>	<b>13 532 ▼</b>
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-3 086	-2 890	0	0	-5 976	-6 092 ▼	-6 362 ▼
Gastos com pessoal	mEur	-1 192	-1 044	0	0	-2 236	-2 242 ▼	-2 324 ▼
Amortizações	mEur	-2 639	-2 611	0	0	-5 250	-5 296 ▼	-5 543 ▼
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	0	0	0	0	0 =	0 =
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 156	- 145	0	0	- 301	- 341 ▼	- 319 ▼
Subsídios ao Investimento	mEur	788	779	0	0	1 567	1 610 ▼	1 674 ▼
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	121	183	0	0	304	263 ▲	255 ▲
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>mEur</b>	<b>268</b>	<b>355</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>623</b>	<b>572 ▲</b>	<b>913 ▼</b>
Gastos Financeiros	mEur	- 266	- 265	0	0	- 530	- 664 ▼	- 592 ▼
Rendimentos Financeiros	mEur	193	191	0	0	384	402 ▼	376 ▲
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>mEur</b>	<b>- 72</b>	<b>- 74</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>- 146</b>	<b>- 262 ▼</b>	<b>- 217 ▼</b>
<b>Resultados Antes de imposto</b>	<b>mEur</b>	<b>196</b>	<b>281</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>476</b>	<b>310 ▲</b>	<b>696 ▼</b>
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 654	- 779	0	0	-1 433	-1 421 ▲	-1 034 ▲
Imposto diferido	mEur	653	712	0	0	1 365	1 466 ▼	862 ▲
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>mEur</b>	<b>195</b>	<b>214</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>408</b>	<b>355 ▲</b>	<b>525 ▼</b>

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per. Hom.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	mEur	2 583	2 931	0	0	<b>5 513</b>	5 749	5 221
*EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Deprec	mEur	4 434	4 763	0	0	<b>9 196</b>	9 436	9 089
Margem EBITDA	%	50%	54%			<b>52%</b>	52%	50%
Gastos Operacionais/EBITDA	%	162%	143%			<b>152%</b>	151%	163%

\* EBITDA apresentado é ajustado, não considera Desvio de Recuperação de Gastos e subsídios ao investimento

Resultado Líquido do Exercício	0,4 MEur
<p>O resultado líquido ascende a 408 mil euros, incorporando 4,9 milhões de euros de desvio de recuperação gastos (superavit). A diferença para o orçamento resulta da OT 10 ano ser inferior ao previsto (0,61% em vez 1,63%).</p>	
Volume de Vendas	17,6 MEur
<p>O volume de vendas acumulado atingiu os 17,6 milhões de euros, 2,5% abaixo do valor orçamentado e 2,3% abaixo do valor registado em igual período de 2019.</p>	
Gastos Operacionais	14,0 MEur
<p>Os gastos com FSE acumulados ficaram 6% abaixo do orçamento e 2% abaixo do período homólogo. O principal desvio (menor execução) face ao orçamento é na rubrica eletricidade.</p> <p>Os gastos com pessoal estão em linha com igual período de 2019 e 4% abaixo do orçamentado para o ano, uma vez que ainda não incluem as progressões resultantes da avaliação desempenho e há uma verba orçamentada para indemnizações ainda não gasta.</p> <p>Uma vez que as amortizações são calculadas pelo método de depleção dos caudais, os gastos com amortizações estão abaixo do previsto devido à redução dos volumes faturados face ao orçamento.</p>	
Resultados Financeiros	-0,15 MEur
<p>Resultado Financeiro de -146 milhares de euros, 35% abaixo do previsto, em resultado de um menor valor em dívida face ao previsto em orçamento.</p>	

## 3. Indicadores Económico-Financeiros

Demonstração da Posição Financeira	mEur	Valor acumulado Trimestre				Acumulado 2020	2019 dez	Orçamento 2020
		1º T	2º T	3º T	4º T			
<b>Ativos não correntes</b>	<b>mEur</b>	<b>193 945</b>	<b>193 026</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>193 026</b>	<b>194 733 ▼</b>	<b>192 298 ▲</b>
Ativo intangível	mEur	159 568	158 054			158 054	160 983 ▼	157 708 ▲
Ativo tangível	mEur	599	593			593	619 ▼	570 ▲
Ativos sob direito de uso	mEur	329	296			296	280 ▲	0 ▲
Aplicações financeiras	mEur	12 015	12 015			12 015	12 015 ▲	12 014 ▲
Outros impostos diferidos ativos	mEur	21 434	22 066			22 066	20 836 ▲	22 006 ▲
<b>Ativos correntes</b>	<b>mEur</b>	<b>11 334</b>	<b>12 183</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12 183</b>	<b>9 343 ▲</b>	<b>12 681 ▼</b>
Inventários	mEur	640	636			636	646 ▼	140 ▲
Clientes	mEur	7 356	7 365			7 365	3 525 ▲	6 924 ▲
Caixa e seus equivalentes	mEur	2 536	3 156			3 156	2 034 ▲	620 ▲
Estado e outros entes públicos	mEur	248	331			331	153 ▲	251 ▲
Imposto sobre o rendimento do exercício	mEur						- 381 ▲	=
Outros ativos correntes	mEur	554	696			696	3 366 ▼	4 745 ▼
<b>Ativo total</b>	<b>mEur</b>	<b>205 279</b>	<b>205 209</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>205 209</b>	<b>204 076 ▲</b>	<b>204 979 ▲</b>
Capital Social	mEur	20 903	20 903			20 903	20 903 =	20 903 =
Resultados transitados e reservas	mEur	8 863	8 863			8 863	8 827 ▲	8 871 ▼
Resultado líquido	mEur	195	408			408	731 ▼	525 ▼
<b>Capital Próprio</b>	<b>mEur</b>	<b>29 960</b>	<b>30 174</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30 174</b>	<b>30 461 ▼</b>	<b>30 298 ▼</b>
<b>Passivos não Correntes</b>	<b>mEur</b>	<b>162 457</b>	<b>163 874</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>163 874</b>	<b>162 687 ▲</b>	<b>164 987 ▼</b>
Financiamentos obtidos	mEur	47 087	46 569			46 569	49 087 ▼	49 569 ▼
Passivos da locação	mEur	216	186			186	177 ▲	0 ▲
Subsídios ao investimento	mEur	52 161	51 382			51 382	52 949 ▼	51 044 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	24 767	25 013			25 013	24 507 ▲	23 361 ▲
Desvios de recuperação de gastos	mEur	33 387	35 963			35 963	31 073 ▲	35 407 ▲
Impostos diferidos passivos	mEur	4 839	4 760			4 760	4 895 ▼	5 607 ▼
<b>Passivos Correntes</b>	<b>mEur</b>	<b>12 861</b>	<b>11 161</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11 161</b>	<b>10 929 ▲</b>	<b>9 694 ▲</b>
Financiamentos obtidos	mEur	3 443	2 013			2 013	1 834 ▲	1 013 ▲
Passivos da locação	mEur	121	119			119	109 ▲	0 ▲
Fornecedores	mEur	2 745	2 050			2 050	2 654 ▼	2 145 ▼
Outros passivos correntes	mEur	4 943	3 893			3 893	3 848 ▲	3 922 ▼
Imposto sobre o rendimento do exercício	mEur	1 034	1 813			1 813	▲	1 034 ▲
Estado e outros entes públicos	mEur	575	1 273			1 273	2 483 ▼	1 580 ▼
<b>Passivo total</b>	<b>mEur</b>	<b>175 318</b>	<b>175 035</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>175 035</b>	<b>173 616 ▲</b>	<b>174 681 ▲</b>

Indicadores da Posição Financeira	mEur	Valor Trimestre				Acumulado 2020	2019 dez	Orçamento 2020
		1º T	2º T	3º T	4º T			
<b>Capital Empregue</b>	<b>mEur</b>	<b>115 490</b>	<b>117 652</b>			<b>117 652</b>	<b>115 691</b>	<b>120 880</b>
<b>Autonomia Financeira</b>	<b>%</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>			<b>15%</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>
<b>Liquidez Geral</b>	<b>n.º</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>			<b>1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>1,3</b>
<b>Solvabilidade</b>	<b>n.º</b>	<b>,17</b>	<b>,17</b>			<b>0,17</b>	<b>0,18</b>	<b>0,17</b>
<b>Fundo de Maneio</b>	<b>mEur</b>	<b>-1 527</b>	<b>1 022</b>			<b>1 022</b>	<b>-1 585</b>	<b>2 987</b>
<b>ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue</b>	<b>%</b>	<b>2%</b>	<b>5%</b>			<b>5%</b>	<b>10%</b>	<b>4%</b>
<b>ROE - Rentabilidade do Capital Próprio</b>	<b>%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>			<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>
<b>ROA - Rentabilidade dos Ativos</b>	<b>%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,2%</b>			<b>0,2%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,3%</b>

## Posição Financeira

- O ativo total atinge os 205,2 milhões de euros, representando o ativo intangível 159,5 milhões de euros;
- O desvio de recuperação de gastos passivo bruto acumulado é de 36 milhões de euros.
- Dando cumprimento à IFRS15, no início do ano de 2020 houve alteração no mapeamento da rubrica Clientes que passou a integrar a conta 27212000 relativa à estimativa de venda de água, pelo que o valor desta rubrica não pode ser comparado com o valor de 2019. Anteriormente esta conta estava em Outros ativos correntes.
- O orçamento não inclui o efeito da IFRS 16 e novas contas em balanço: ativos sob direito de uso e passivos da locação (correntes e não correntes). Esta norma indica que as rendas de contratos de aluguer superiores a 1 ano são tratadas como ativos sob direito de uso, o que na prática leva à redução da conta 62611006 FSE-Via s/Cond Outra e a um aumento do ativo.

### 3. Indicadores Económico-Financeiros

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado 2020	2019 dez	Orçamento 2020
		1º T	2º T	3º T	4º T			
<b>Empréstimos</b>	<b>mEur</b>	<b>50 530</b>	<b>48 581</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>48 581</b>	<b>50 921</b>	<b>50 581</b>
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>mEur</b>	<b>47 087</b>	<b>46 569</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>46 569</b>	<b>49 087</b>	<b>49 569</b>
BEI	mEur	19 587	19 069			19 069	19 587	19 069
Banca Comercial	mEur	0	0			0	0	0
Empresa Mãe	mEur	27 500	27 500			27 500	29 500	30 500
Outros	mEur	0	0			0	0	0
<b>Curto Prazo</b>	<b>mEur</b>	<b>3 443</b>	<b>2 013</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 013</b>	<b>1 834</b>	<b>1 013</b>
BEI	mEur	943	1 013			1 013	1 834	1 013
Banca Comercial	mEur	0	0			0	0	0
Empresa Mãe	mEur	2 500	1 000			1 000	0	0
Descobertos bancários	mEur	0	0			0	0	0
Outros	mEur	0	0			0	0	0

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado 2020	2019 dez	Orçamento 2020
		1º T	2º T	3º T	4º T			
<b>Dívida Financeira</b>	<b>mEur</b>	<b>50 530</b>	<b>48 581</b>			<b>48 581</b>	<b>50 921</b>	<b>50 581</b>
<b>Debt to equity</b>	<b>%</b>	<b>169%</b>	<b>161%</b>			<b>161%</b>	<b>167%</b>	<b>167%</b>
<b>Net Debt - Endividamento líquido</b>	<b>mEur</b>	<b>35 979</b>	<b>33 410</b>			<b>33 410</b>	<b>36 872</b>	<b>37 947</b>
<b>Net Debt to EBITDA</b>	<b>n.º</b>	<b>8</b>	<b>4</b>			<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
<b>PMR - Prazo Médio de Recebimentos</b>	<b>dias</b>	<b>30</b>	<b>29</b>			<b>29</b>	<b>31</b>	<b>60</b>
<b>PMP - Prazo Médio de Pagamentos</b>	<b>dias</b>	<b>46</b>	<b>50</b>			<b>50</b>	<b>44</b>	<b>38</b>

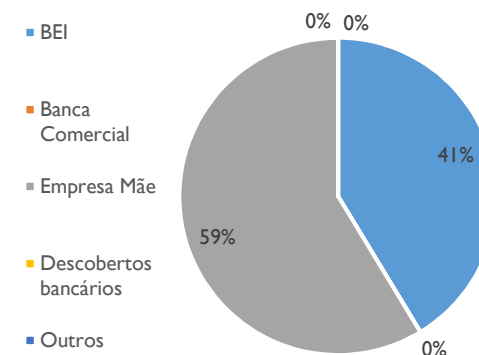
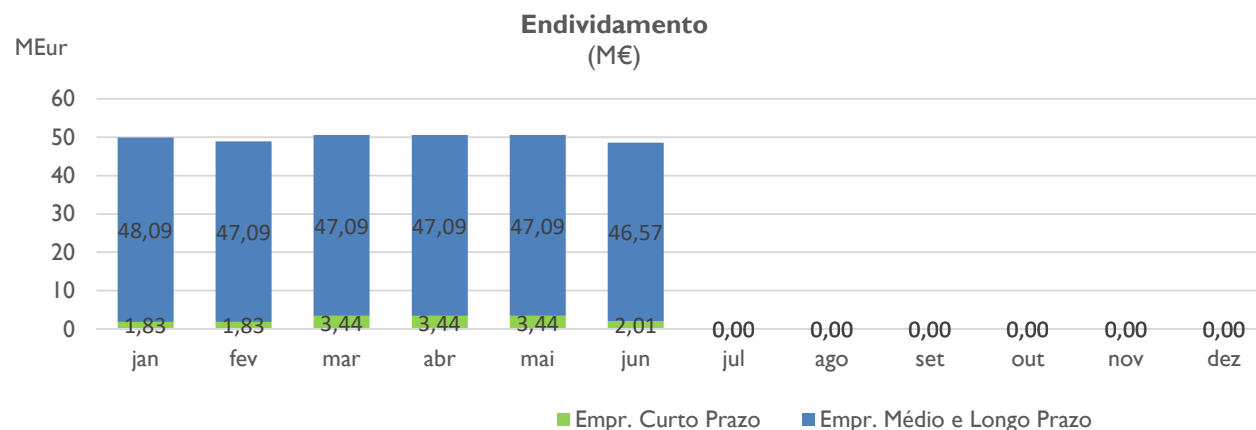
**Dívida Financeira** **48,6 MEur**

- O endividamento ascende a 48,6 milhões de euros. Depois de em janeiro e fevereiro se terem amortizado 2 milhões de euros de suprimentos, em março foi necessário recorrer a um empréstimo de 2,5 milhões de euros da linha de apoio à tesouraria da AdP para pagamento da TRH de 2019. Em Junho amortizaram-se cerca de 448 mil euros de empréstimos BEI e 1,5 M€ de suprimentos.

---

**Net Debt - Endividamento líquido** **33,4 MEur**

- O endividamento líquido (dívida financeira-disponibilidades-aplicações financeiras) é de 33,4 milhões de euros.



## 4. Indicadores Comerciais

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per. Hom.	Orçam.
<b>Volume de Atividade (faturado)</b>	<b>Mm<sup>3</sup></b>							
Volume de Atividade - Água	Mm <sup>3</sup>	24, 4	24			48, 5	49, 6	49, 7
<b>Volume de Negócios</b>	<b>mEur</b>							
Vendas - Água	mEur	8 874	8 758	0	0	17 633	18 083	18 087
<b>Dívida de Utilizadores</b>	<b>mEur</b>							
Dívida Total	mEur	<b>4 363</b>	<b>4 325</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 325</b>	<b>4 671</b>	<b>6 924</b>
Dívida Vencida Total	mEur	215	192			192	550	0
Acordos de Pagamento	mEur	0	0			0	0	0
Injunções	mEur	0	0			0	0	0

Faturação: Água		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per. Hom.	Orçam.
<b>Total de água faturada</b>	<b>milhares m<sup>3</sup></b>	<b>24 407</b>	<b>24 088</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>48 495</b>	<b>49 624 ▼</b>	<b>49 744 ▼</b>
Amarante	milhares m <sup>3</sup>	636	661			1 298	1 372 ▼	1 353 ▼
Arouca	milhares m <sup>3</sup>	191	192			383	436 ▼	430 ▼
Baião	milhares m <sup>3</sup>	64	72			136	148 ▼	147 ▼
Castelo de Paiva	milhares m <sup>3</sup>	358	405			763	819 ▼	827 ▼
Cinfães	milhares m <sup>3</sup>	82	95			178	214 ▼	210 ▼
Espinho	milhares m <sup>3</sup>	552	551			1 104	1 086 ▲	1 079 ▲
Felgueiras	milhares m <sup>3</sup>	672	762			1 434	1 394 ▲	1 385 ▲
Gondomar	milhares m <sup>3</sup>	2 017	2 099			4 115	4 122 ▼	4 148 ▼
Lousada	milhares m <sup>3</sup>	469	480			949	1 084 ▼	1 091 ▼
Maia	milhares m <sup>3</sup>	1 585	1 548			3 133	3 521 ▼	3 485 ▼
Matosinhos	milhares m <sup>3</sup>	2 923	2 832			5 755	6 097 ▼	6 133 ▼
Oliveira de Azémés	milhares m <sup>3</sup>	533	537			1 069	986 ▲	992 ▲
Ovar	milhares m <sup>3</sup>	712	743			1 455	1 436 ▲	1 432 ▲
Paços de Ferreira	milhares m <sup>3</sup>	497	513			1 009	955 ▲	964 ▲
Paredes	milhares m <sup>3</sup>	466	499			965	902 ▲	911 ▲
Penafiel	milhares m <sup>3</sup>	5	3			8	28 ▼	28 ▼
Porto	milhares m <sup>3</sup>	5 219	4 656			9 875	10 639 ▼	10 729 ▼
Santa Maria da Feira	milhares m <sup>3</sup>	1 171	1 221			2 392	2 363 ▲	2 378 ▲
SJ Madeira	milhares m <sup>3</sup>	265	130			395	290 ▲	293 ▲
Vale de Cambra	milhares m <sup>3</sup>	5	4			9	13 ▼	13 ▼
Valongo	milhares m <sup>3</sup>	1 188	1 235			2 423	2 324 ▲	2 309 ▲
Vila Nova de Gaia	milhares m <sup>3</sup>	4 796	4 850			9 647	9 393 ▲	9 405 ▲

**Volume de Negócios: Água**  
17,6 MEur      48,5 Mm<sup>3</sup>

- O valor de vendas da atividade totalizou, no 1º semestre de 2020, 17,6 milhões de euros relativos aos 48,5 milhões de m<sup>3</sup> faturados aos clientes;

- O volume faturado no 1º semestre de 2020 ficou 2,5% abaixo do orçamentado para o mesmo período e 2,3% abaixo do valor registado em igual período de 2019.

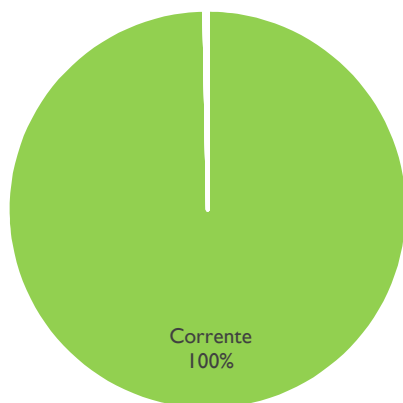
- Atribui-se a redução no volume faturado acumulado ao encerramento das escolas, comércio e algumas indústrias, na sequência do estado de emergência decretado por causa da pandemia COVID19, que levou também a cessar a atividade turística no concelho do Porto e adjacentes.



## 4. Indicadores Comerciais

Dívidas de Utilizadores		2020						
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	4.325	192	4 313	0	0	12	0

Dívida Total (por item)



- Dívida total dos utilizadores do sistema de 4,325 milhões de euros, dos quais 0,19 milhões de euros de dívida vencida (essencialmente Castelo de Paiva).
- Não há dívida coberta por acordos e injunções;
- Há uma dívida relativa a juros de mora de cerca de 12 mil euros relativos à dívida vencida.

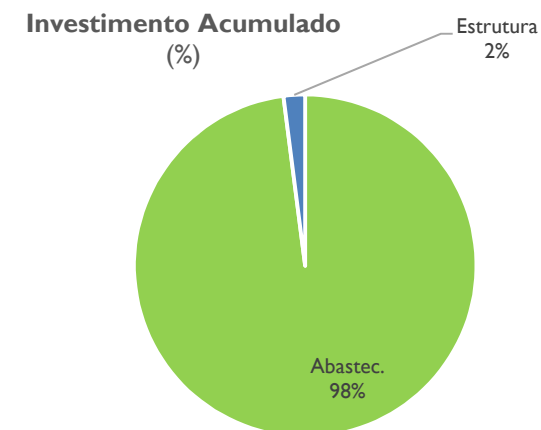
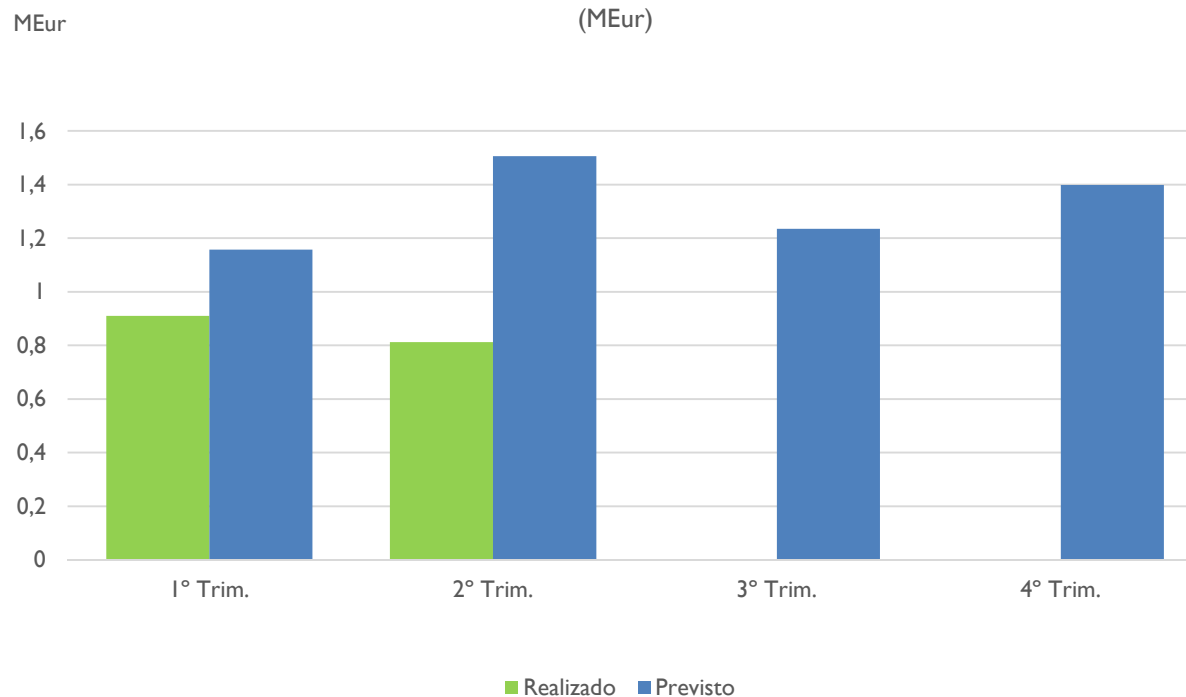
## 5. Investimento

Investimento	mEur	Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2020	Per. Hom.	Orçam.
<b>Investimento</b>	<b>mEur</b>	<b>910</b>	<b>812</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 722</b>	<b>1 427</b>	<b>2 663</b>
Abastecimento	mEur	902	785	0	0	1 687	1 414	2 651
Estrutura	mEur	8	27	0	0	35	14	12

**Investimento** **1,7 MEur**

- O investimento realizado no 1º semestre de 2020 foi de 1,7 milhões de euros.
- Em junho ocorreu a receção provisória da empreitada Nova Reserva de Lever que irá permitir aumentar a fiabilidade no abastecimento aos municípios de Lever Sul. Continua em curso a empreitada Nova Adutora Ramalde - Pedrouços - 1ª fase e várias intervenções de substituição de ativos existentes.

**Investimento Mensal: Realizado vs Previsto**  
(MEur)



## 6. Análise evolução dos gastos operacionais n.º7 do art.º 158.º do DL n.º 84/2019, de 28 de Junho (DLEO)

Gastos Operacionais (milhares euros)	Valor acumulado				2019 (dez)	PAO 2020 (dez)
	1º T	2º T	3º T	4º T		
<b>Cumprimento do GO/VN (1)/(5)</b>	<b>49,6%</b>	<b>47,9%</b>			<b>48,0%</b>	<b>47,9%</b>
<b>Gastos Operacionais (GO) (1)= (2)+(3)+(4)</b>	<b>4 406</b>	<b>8 440</b>	<b>0</b>	<b>117</b>	<b>17 919</b>	<b>18 067</b>
CMVMC (2)	128	228	0	0	524	507
FSE (3)	3 086	5 976	0	117	12 892	12 981
Gastos com Pessoal (4)	1 192	2 236	0	0	4 503	4 579
<b>Volume de Negócios (5)=(6)+(7)</b>	<b>8 874</b>	<b>17 633</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>37 297</b>	<b>37 700</b>
Vendas (6)	8 874	17 633	0	0	37 297	37 700
Prestação de serviços (7)	0	0	0	0	0	0
<b>Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e frota automóvel</b>	<b>94</b>	<b>170</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>445</b>	<b>449</b>
Deslocações e estadas e alojamento*	1,7	1,8	0,0	0,0	14	23
Ajudas de custo	0,1	0,1	0,0	0,0	1,5	2,0
Gastos com frota automóvel	92,6	168,0	0,0	0,0	430	425
Número de veículos	54	54	0	0	54	54
<b>Conjunto dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultorias</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>45</b>	<b>20</b>
<b>Gastos com pessoal corrigidos (8)=(4)-(9)-(10)-(11)</b>	<b>1 192</b>	<b>2 236</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4 388</b>	<b>4 384</b>
Gastos com pessoal (4)	1 192	2 236	0	0	4 503	4 579
Indemnizações (9)	0	0	0	0	0	40
Valorizações remuneratórias por aplicação ACT (10)	n.d.	n.d.	0	0	114	155
Nº Total RH (OS+ Cargos Direção + Trabalhadores)	152	152	0	0	152	152

\* não inclui gastos com portagens e estacionamento incluídos em gastos com frota automóvel

n.d. - valor não disponível, em cálculo pelos RH



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da  
Águas do Douro e Paiva, S.A.

## **Memorando de Acompanhamento relativo ao segundo trimestre de 2020**

Exmos. Senhores,

### **Introdução**

Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao segundo trimestre de 2020, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2020”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

### **Responsabilidades**

- 1 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
- 2 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

### **Âmbito**

- 3 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:
  - a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
    - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
    - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020;
    - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.
  - b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, no que se refere aos seguintes aspetos:
    - Deveres de informação previstos no n.º2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
    - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 157º do Decreto-Lei n.º 84/2019;

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

- Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
  - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019;
  - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 160º da Lei n.º 2/2020;
  - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
  - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

4 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

#### ***Principais aspetos e conclusões***

4.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2020”.

4.2 Como se prevê no nº2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. No entanto, a Entidade apresenta um PMP de 50 dias, portanto inferior ao limite. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP inferior a 39 dias, o que não se verificou, encontrando-se assim em incumprimento. Recomendamos que o PMP seja monitorizado de modo a que a entidade assegure o cumprimento do objetivo em 31 de dezembro de 2020.

4.3 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento e plano de contratação de colaboradores. De igual forma, tal como referido no artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade encontra-se em cumprimento quanto à diminuição do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios.

4.4 A Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 160º da Lei n.º 2/2020. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2019, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2020 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

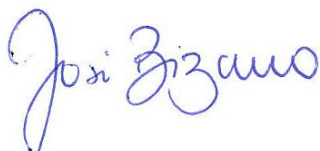
4.5 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

4.6 O orçamento não contempla os impactos da adoção da Norma Internacional de Contabilidade nº 16 (Locações).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à Entidade a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

31 de julho de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.

# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

## DO 2º TRIMESTRE DE 2020 DA ÁGUAS DOURO E PAIVA, SA (ADDP)

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto no artigo 25.º, nos 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (“RJSPE”), os titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas devem especificar o nível de execução orçamental da empresa, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
2. Ao abrigo do artigo 44.º, n.º1, alínea j) do RJSPE, as empresas estão obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.
3. Em conformidade com as disposições acima referidas, o Conselho Fiscal da Águas do Douro e Paiva, SA, apresenta o seu relatório relativo à Execução orçamental do 2º trimestre de 2020, aprovado pelo Conselho de Administração a 6 de agosto de 2020.
4. Os valores de orçamento relativamente a 2019 que serviram de base à elaboração deste documento foram aprovados em Assembleia Geral em 15 de junho de 2020, mas não se encontram aprovados pela tutela à data da emissão deste relatório.
5. Foi, entretanto, recebida a decisão final da ERSAR, datada de abril de 2019, quanto ao desvio de recuperação de gastos de 2019, que mantém inalterado o seu valor, não havendo lugar a ajustamento.
6. O primeiro semestre de 2020 foi caracterizado pela declaração da Pandemia COVID19 pela OMS em março de 2020 e a pelo decretar do estado de emergência. Esta situação tem impactos significativos quer ao nível da operação, que ao nível da atividade. O REO contém uma nota onde resumidamente são descritas as principais medidas tomadas pelo Conselho de Administração para mitigar os seus efeitos, bem como a descrição do impacto ao nível das vendas no mês de junho.
7. Analisámos o conteúdo do Relatório do Revisor Oficial de Contas subjacente à execução orçamental em análise.

### PROCEDIMENTOS DESENVOLVIDOS

1. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa ao longo do trimestre, quer através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, quer através da análise da informação contabilística e de controlo de gestão e do contacto com a Administração e Serviços.

2. Adicionalmente, utilizando procedimentos de revisão analítica e o conhecimento que dispomos de períodos anteriores sobre a atividade da Águas do Douro e Paiva, SA., analisámos o conteúdo do Relatório de Execução Orçamental preparado pela empresa, e a razoabilidade dos seus desvios quanto à:
- Evolução da Demonstração da Posição Financeira (Balanço) real, com referência a 30 de junho de 2020, e sua comparação com o respetivo orçamento na mesma data;
  - Evolução da Demonstração do Rendimento Integral (Demonstração de Resultados por naturezas) real, com referência a 30 de junho de 2020, e sua comparação com o respetivo orçamento para o mesmo período;
  - Análise das atividades de investimento;
  - Orientações legais vigentes.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 1. Síntese do balanço

em milhares de euros

Rubricas	junho 2020	Orçamento junho20	Desvio	dez 2019	Desvio
<b>Ativo não corrente</b>	<b>193 024</b>	<b>192 299</b>	<b>726</b>	<b>194 733</b>	<b>-1 709</b>
Ativo intangível	158 054	157 709	346	160 983	-2 929
Ativo tangível	593	570	23	619	-26
Ativos sobre direito de uso	296	0	296	280	16
Aplicações Financeiras	12 015	12 014	1	12 015	0
Impostos diferidos ativos	22 066	22 006	60	20 836	1 230
<b>Ativo Corrente</b>	<b>12 184</b>	<b>12 680</b>	<b>-496</b>	<b>9 724</b>	<b>2 460</b>
Inventários	636	140	496	646	-10
Clientes	7 365	6 924	441	3 525	3 840
Disponibilidades	3 156	620	2 536	2 034	1 122
Estado e outros entes publicos	331	251	80	153	178
Outros ativos correntes	696	4 745	-4 049	3 366	-2 670
<b>Total do Ativo</b>	<b>205 208</b>	<b>204 979</b>	<b>230</b>	<b>204 457</b>	<b>751</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>30 174</b>	<b>30 298</b>	<b>-124</b>	<b>30 461</b>	<b>-287</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>163 873</b>	<b>164 987</b>	<b>-1 114</b>	<b>162 688</b>	<b>1 185</b>
Financiamentos obtidos	46 569	49 569	-3 000	49 087	-2 518
Passivos da locação	186	0	186	177	9
Subsidios ao investimento	51 382	51 044	339	52 949	-1 567
Ac. Custos Inv. Contratual	25 013	23 361	1 653	24 507	506
Desvio de recuperação de gastos	35 963	35 407	556	31 073	4 890
Outros passivos não correntes	4 760	5 607	-847	4 895	-135
<b>Passivo corrente</b>	<b>11 161</b>	<b>9 694</b>	<b>1 467</b>	<b>11 308</b>	<b>-147</b>
Financiamentos obtidos	2 013	1 013	1 000	1 834	179
Passivos da locação	119	0	119	109	10
Fornecedores	2 050	2 145	-95	2 654	-604
Outros passivos correntes	6 979	6 536	443	6 712	268
<b>Total do Passivo</b>	<b>175 034</b>	<b>174 681</b>	<b>354</b>	<b>173 996</b>	<b>1 038</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>205 208</b>	<b>204 979</b>	<b>230</b>	<b>204 457</b>	<b>751</b>

A maior variação no Ativo da sociedade, face ao orçamento, respeita à rubrica de outros ativos correntes (menos 4 milhões de euros face ao orçamento). Dando cumprimento à IFRS 15 a



GR A R

estimativa de venda de água passou a ser registada na rubrica de clientes em detrimento da rubrica de outros ativos correntes.

A variação nas disponibilidades (mais 2,5 milhões de euros face ao orçamento) em contrapartida com a rubrica de clientes, relaciona-se com o facto de, por prudência, no orçamento terem sido considerados os prazos contratuais, mas na realidade os prazos praticados serem menores devido aos descontos financeiros concedidos.

No que respeita ao passivo, destaca-se o a variação do financiamento, que está abaixo do orçamentado em 2 milhões de euros, relacionado com o menor investimento face ao previsto. Salienta-se igualmente a reclassificação dos suprimentos de corrente para não corrente, uma vez que os contratos se renovam automaticamente de dois em dois anos.

## 2. Síntese da Demonstração dos Resultados por Naturezas

Na Demonstração de resultados e tendo em conta a comparação face ao orçamentado, realça-se o seguinte:

Rubricas	em milhares de euros				
	Real junho20	Orçamento junho20	Desvio	Real junho19	Desvio
Vendas e Prestação de Serviços	17 633	18 087	-454	18 083	-450
Rendimentos de construção (IFRIC 12)	1 687	2 651	-964	1 414	273
Défice / Superavit Tarifário	-4 890	-4 308	-582	-5 177	287
<b>Volume de Negócios</b>	<b>14 430</b>	<b>16 430</b>	<b>-2 000</b>	<b>14 320</b>	<b>111</b>
Custo das vendas	-228	-247	19	-235	7
Gasto da construção (IFRIC 12)	-1 687	-2 651	964	-1 414	-273
Fornecimentos e Serviços Externos	-5 976	-6 362	386	-6 092	116
Gastos com Pessoal	-2 236	-2 324	88	-2 242	6
Amortizações	-5 250	-5 543	293	-5 296	46
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-301	-319	18	-341	40
Subsídios ao investimento	1 567	1 674	-107	1 610	-43
Outros rendimentos e ganhos Operacionais	304	255	49	263	41
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>623</b>	<b>913</b>	<b>-290</b>	<b>572</b>	<b>51</b>
Resultados financeiros	-146	-217	71	-262	116
Impostos	-69	-171	102	45	-114
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>408</b>	<b>525</b>	<b>-117</b>	<b>355</b>	<b>53</b>

- As vendas estão 2,5% abaixo do período homologado e do orçamento, em parte relacionado com a redução do consumo verificada durante o estado de emergência e que levou ao fecho de escolas, indústria e comércio;
- Consta-se a existência de um superavit tarifário superior ao previsto em sede de PAO, em 582 mil euros, explicado porque tanto os Fornecimentos e serviços externos, como as amortizações e o pessoal estão abaixo do previsto.
- Os rendimentos da construção estão igualmente abaixo do previsto porque apesar das obras não terem parado totalmente houve algumas limitações nomeadamente por falta de fornecimentos, o que levou a abrandamento, representando uma execução de 65% face ao orçamento;
- O Resultado líquido situou-se nos 408 mil euros, 117 mil euros abaixo face ao orçamento, explicado pela variação nas OT's.

## 3. Orientações legais vigentes

Apresentamos de seguida uma análise aos principais indicadores:

#### a. Gastos operacionais sobre o volume de negócios

Se tivermos em atenção o artigo 158º do Decreto-lei nº 84/2019, e comparando os gastos operacionais sobre o volume de negócios a junho de 2020 com o mesmo indicador relativo a dezembro de 2019, a empresa apresenta um valor inferior (47,9% face a 48,4%), encontrando-se deste modo a cumprir o preconizado naquela norma.

Se tivermos em atenção a comparação com o orçamento, quanto ao peso percentual dos gastos operacionais, no volume de negócios (47,9%), o mesmo ficou abaixo do orçamentado com referência a junho 2020 (50,7%), devido a menores gastos operacionais face ao estimado.

Rubricas	em milhares de euros				
	Acumulado a junho de 2020			dez 2019	
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Desvio
Custo das vendas (a)	228	247	-19	524	-296
Fornecimentos e Serviços Externos	5 976	6 362	-386	13 009	-7 033
Gastos com Pessoal (a)	2 236	2 324	-88	4 503	-2 267
<b>Total de gastos</b>	<b>8 440</b>	<b>8 933</b>	<b>-493</b>	<b>18 036</b>	<b>-9 596</b>
Volume de negócios (a) (b)	17 633	17 633	0	37 297	-19 664
% do total de gastos sobre o Volume de negócios	47,86%	50,66%	-2,80%	48,36%	-0,49%

(a) desconsiderando efeito da IFRIC 12

(b) sem desvio tarifário

(c) sem efeito IFRS 16 nos FSE

#### b. Conjunto de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como a frota

No que respeita ao conjunto de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como a frota, o acumulado a junho de 2020 regista um valor inferior ao orçamento relativo a esse período e ao proporcional registado em dezembro de 2019.

Rubricas	em milhares de euros				
	Acumulado a junho de 2020			dez/19	
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Desvio
Deslocações e estadas e alojamento	1,8	11,5	-9,7	1,7	0,1
Ajudas de custo	0,1	1,0	-0,9	0,1	0,0
Gastos com frota automóvel	168,0	212,5	-44,5	92,7	75,3
<b>Conjunto de gastos com deslocações</b>	<b>169,9</b>	<b>225,0</b>	<b>-55,1</b>	<b>94,5</b>	<b>75,4</b>

Nota: O valor do orçamento corresponde a um quarto do valor anual

#### c. Conjunto de gastos com estudos, pareceres, projetos e consultorias

Até junho de 2020 a empresa registou apenas 5 mil euros de gasto com estudos, pareceres, projetos e consultorias face aos 20 mil euros anuais estimados e face aos 45 mil euros registado em 2019.

#### d. Gastos com pessoal

No que respeita aos gastos com pessoal, os mesmos encontram-se abaixo do orçamentado a junho de 2020. Mas a empresa estimou no PAO de 2020 um valor superior de gastos com pessoal, tendo em atenção o impacto do ACT.

sc D li

Rubricas	Acumulado a junho de 2020			em milhares de euros dez/19	
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Desvio
Gastos com pessoal	2 236,0	2 324,0	-88,0	4 503,0	-2 267,0
Indemnizações (2)	0		0,0	0,0	0,0
Valorização remuneratório ACT(2)	n.d			114,0	
Integração trabalhadores PREVPAP (2)	n.d			76,0	
<b>Gastos com pessoal corrigidos (1)</b>		<b>2 324,0</b>	<b>-88,0</b>	<b>4 313,0</b>	<b>-2 267,0</b>

(1) gastos pessoal deduzidos de (2)

#### e. Endividamento

No que diz respeito ao endividamento encontra-se 4% abaixo do valor orçamentado, situando-se em 48,6 milhões de euros.

Endividamento financeiro total	junho			em milhares de euros dez	
	2019	Orçamento	Desvio	2019	Desvio
BEI	20 082	20 082	0	21 421	-1 339
Banca Comercial			0	0	0
Suprimentos Acionista	28 500	30 500	-2 000	29 500	-1 000
<b>Endividamento</b>	<b>48 582</b>	<b>50 582</b>	<b>-2 000</b>	<b>50 921</b>	<b>-2 339</b>

#### f. Prazo médio de pagamentos

O prazo médio de pagamentos situa-se à data de análise em 50 dias, 12 dias superior ao valor orçamentado, e superior a 39 dias, valor limite estabelecido legalmente. Recomenda-se o acompanhamento desta situação.

Prazo médio de pagamentos	junho			Dez	
	2020	Orçamento	Desvio	2019	Desvio
dias	50	38	12	44	6

## CONCLUSÃO

Tendo em atenção as análises efetuadas e os contactos regulares que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 30 de junho de 2020 da Águas do Douro e Paiva, SA, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos e de controlo orçamental que lhe servem de suporte naquela data.

Contudo, persistem algumas limitações que salientamos:

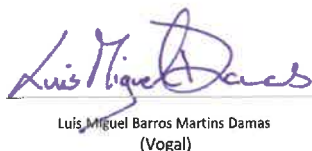
- O PAO 2020, subjacente à execução orçamental em análise não foi ainda aprovado pela tutela respetiva;
- Em 30 de junho de 2020 não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução.
- Adicionalmente, o impacto da aplicação da IFRS 16 – Locações não se encontra igualmente refletido no PAO de 2020.
- Em relação ao prazo médio de pagamentos, a empresa não se encontra a cumprir o preconizado na lei quanto ao limite de 39 dias.
- Tal como solicitado pelo principal acionista da AdDP, este REO (bem como os subsequentes), deveria incluir uma “Nota da gestão” onde fossem sinalizadas as principais dificuldades decorrentes do contexto atual da pandemia COVID 19 e a perspetiva do Conselho de Administração, sobre a forma de as gerir e ultrapassar. O Conselho de Administração da AdDP, no seu REO do primeiro semestre de 2020, cumpre com esta recomendação, mas ainda não avança com a concretização dos impactos financeiros deste acontecimento anormal no PAO 2020, facto que se espera que venha a ser apresentado em futuras análises da execução orçamental.

Porto, 6 de agosto de 2020

### O Conselho Fiscal



Saskia Márcia Ferreira Lopes  
(Presidente)



Luís Miguel Barros Martins Damas  
(Vogal)



Joaquim José Pinto Moreira  
(Vogal)